

17 — A lista unitária de classificação final dos candidatos, depois de homologada, será publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, na página eletrónica da ESEP, no endereço www.esenf.pt e afixada nas instalações da ESEP.

18 — A composição do júri será a seguinte:

Presidente — Tiago dos Santos Cruz Moreira (Especialista de Informática do ISCAP);

Vogais efetivos: Bruno Alexandre Moreira e Silva (Especialista de Informática do ISEP); Virgínia Cláudia Teixeira Moreira (Administradora da ESEP);

Vogais suplentes: Francisco Manuel de Aguiar Azevedo Vieira (Técnico superior da ESEP); Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva Martins (Vice Presidente da ESEP).

18.1 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo vogal efetivo indicado em primeiro lugar;

18.2 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são públicas e serão facultadas aos candidatos para consulta, sempre que solicitadas.

19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

20 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e dos artigos 13.º e 14.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, para efeitos de admissão a concurso os candidatos com deficiência devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

21 — Em tudo o que não se encontre previsto no presente aviso, o procedimento rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, todos com as alterações subsequentes, da Constituição da República Portuguesa e do Código do Procedimento Administrativo.

ANEXO

Legislação e bibliografia aplicáveis à prova de conhecimentos:

Regulamentos em vigor na ESEP, disponíveis na página eletrónica da ESEP, no seguinte endereço: www.esenf.pt.

Abreu, L., & Morgado, P. (n.d.). LINQ com C#. FCA.

Campos, L. M. (n.d.). Oracle 8i Curso Completo. FCA.

Chadwick, J., Snyder, T., & Panda, H. (n.d.). Programming ASP.NET MVC 4. O'Reilly Media, Inc.

Damas, L. M. (n.d.). SQL — Structured Query Language — 6.ª Edição Atualizada e Aumentada. FCA.

Duckett, J. (n.d.). HTML & CSS Design and build Websites. John Wiley & Sons, Inc.

Gouveia, J. (n.d.). Gestão Prática de Redes — Curso Completo. FCA.

Jon, G., Haack, P., Wilson, B., & Allen, K. (n.d.). Professional ASP.NET MVC 4. John Wiley & Sons, Inc.

Lerman, J. (n.d.). Programming Entity Framework, 2nd Edition. O'Reilly Media.

Loureiro, H. (n.d.). C# 5.0 com Visual Studio 2012 Curso Completo. FCA.

Magalhães, A. (n.d.). SQL Server 2008 Curso Completo — 2.ª Edição. FCA.

Magalhães, J. G. (n.d.). Redes de Computadores — Curso Completo. FCA.

Marques, P., Pedroso, H., & Figueira, R. (n.d.). C# 4.0. FCA.

Odom, W. (n.d.). Cisco CCNA Routing and Switching 200-120 Official Cert Guide Library. Cisco Press.

Rodrigues, A. (n.d.). Oracle 10g e 9i Para Profissionais. FCA.

Vapi, F. B. (n.d.). Administração de Redes Informáticas — 2.ª Edição Atualizada e Aumentada. FCA.

7 de novembro de 2013. — O Presidente, *Paulo José Parente Gonçalves*.

207385187

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 1048/2013

Rui Santos, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa faz saber, nos termos do artigo 195.º do Estatuto da Ordem dos Advogados

(lei n.º 15/2005 de 26 de janeiro) que, no âmbito dos autos de processo disciplinar n.º 31/2012-L/D, que correram termos por este Conselho e nos quais é arguido o Senhor Dr. Rui Vargas, portador da cédula profissional n.º 5657C, que foi determinada a suspensão por tempo indeterminado da inscrição do referido Senhor Advogado arguido, em razão do incumprimento da pena em que foi condenado e por aplicação das alíneas *b*) do artigo 138.º do mesmo diploma legal. Tal medida de suspensão deve começar a produzir efeitos, após o levantamento da suspensão da sua inscrição, situação em que, presentemente, se encontra.

7 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Rui Santos*.

207384669

Conselho de Deontologia de Coimbra

Edital n.º 1049/2013

Jacob Simões, Advogado e Presidente do Conselho de Deontologia de Coimbra da Ordem dos Advogados, em cumprimento do disposto nos artigos 137.º e 169.º do E.O.A. torna público que, por acórdão de 20 de setembro de 2013, referente aos autos de Processo Disciplinar n.º 97/2011-C/D e Apenso 201/2011-C/D, 256/2011-C/D e 266/2011-C/D, com trânsito em julgado, foi aplicada à Senhora Dra. Dina Teresa de Carvalho Dionísio, com o nome abreviado de Dra. Dina Dionísio, Advogada, com domicílio profissional na Rua de Maiorga, 55, Casal das Botas, em Alcobça, portadora da cédula profissional 45417-C, a pena disciplinar de dez meses de suspensão do exercício da profissão, por violação dos deveres consignados nos artigos 83/1/2, 84, 86 *a*), 90 e 105/1/2, todos do Estatuto da Ordem dos Advogados.

A presente pena disciplinar iniciará a produção dos seus efeitos legais, após o levantamento da suspensão da inscrição, situação em que atualmente se encontra.

Para constar se passou o presente edital, que vai ser afixado e publicado de harmonia com as disposições legais aplicáveis.

7 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho de Deontologia, *Jacob Simões*.

207383801

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extrato) n.º 15008/2013

Por despacho do Reitor da Universidade Aberta, de 7 de outubro de 2013, foi concedida licença sabática ao docente abaixo mencionado para o segundo semestre do ano letivo 2013/2014, a iniciar a 1 de março de 2014:

Carlos Fonseca Clamote Carreto (Isento de visto do T.C.).

22 de outubro de 2013. — O Reitor, *Paulo Maria Bastos da Silva Dias*.

207388702

Despacho (extrato) n.º 15009/2013

Por despacho de 24 de julho de 2013 do Reitor da Universidade Aberta, foi autorizada a contratação da doutora Maria da Conceição Nunes Espinheira Moinhos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, a tempo parcial (5 horas), como assistente convidada, auferindo a remuneração líquida mensal correspondente a 30 % do escalão 1, índice 140, para o exercício de funções docentes no Departamento de Humanidades (DH), para o ano letivo 2013/2014, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2013 e fim a 30 de setembro de 2014, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de agosto, Estatuto da Carreira de Docente Universitária (ECDU).

24 de outubro de 2013. — O Reitor, *Paulo Maria Bastos da Silva Dias*.

207388784

Despacho (extrato) n.º 15010/2013

Por despacho de 24 de julho de 2013 do Reitor da Universidade Aberta, foi autorizada a contratação da doutora Margarida Pereira Martins, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, a tempo integral, com dedicação exclusiva, como leitora, auferindo a remuneração líquida mensal correspondente ao escalão 1, índice 140, para o exercício de funções docentes no Departamento de Educação e